



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE
LICENCIATURA EM LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA)**

EDSON BARBOSA PONTES

**REPRESENTAÇÕES DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NA
OBRA “DIÁRIO DE BITITA”, DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

**João Pessoa
Julho/2021**

EDSON BARBOSA PONTES

**REPRESENTAÇÕES DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NA OBRA “DIÁRIO DE
BITITA”, DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Centro de Ciência Humanas,
Letras e Artes, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Franciane Conceição
da Silva

João Pessoa
Julho/2021

Catálogo na publicação Seção de

P814r Pontes, Edson Barbosa.

Representações da intelectualidade negra na obra " Diário de Bitita"
, de Carolina Maria de Jesus / EdsonBarbosa Pontes. - João Pessoa,
2021.

31 f.

Orientação: Profª Drª Franciane Conceição da Silva.TCC
(Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Mulher. 2. Intelectualidade negra. 3. Discriminação.
I. Silva, Franciane Conceição da. II. Título.

UFPB/CCHL

CDU 82(043.2)

Catálogo e Classificação

Elaborado por KARLA MARIA DE OLIVEIRA - CRB-15/485

EDSON BARBOSA PONTES

**REPRESENTAÇÕES DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NA OBRA “DIÁRIO DE
BITITA”, DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr^a. Franciane Conceição da Silva
(Orientadora – UFPB)

Prof. Dr. Hermano de França Rodrigues
(Examinador – UFPB)

Prof.^a. Dr^a. Carolina Batista de Souza
(Examinadora – UFPB)

Prof. Me. Bruno Almeida dos Santos
(Suplente – UFBA)

*Dedico este trabalho a todas as mulheres
negras que lutaram e continuam lutando
por liberdade, justiça e equidade.*

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu a vida, a oportunidade de chegar até aqui mais vez e poder conhecer pessoas maravilhosas. Essas pessoas cooperaram para que juntos crescêssemos em aprendizado.

Aos meus pais, Daniel Eduardo Pontes (*in memoriam*) e Albanize Barbosa de Souza, por serem exemplos de dedicação, trabalho e honestidade. Por me ensinaram o que é o certo e o errado.

Aos meus irmãos: Daniel Eduardo Pontes Júnior e Paulo Barbosa Pontes.

À minha outra mãe, que foi um presente de Deus, Risomar Quirino de Lima (*in memoriam*), que sempre se preocupava, cuidava e acreditava em mim. Ao seu marido Humberto José de Lima, que é como um pai para mim. Os seus conselhos me guiam sempre para o bem e o equilíbrio.

À minha filha Letícia Fernandes Pontes. É ela quem me inspira a lutar e ter esperança pelas conquistas e pela vida.

A Valquíria Mendes da Silva, que de um amor platônico de adolescência, depois de longos anos, nos reencontramos e hoje tudo está sendo perfeito. A Salete, que além de se tornar minha sogra, é uma verdadeira mãe para mim, com todo seu cuidado, atenção e carinho.

Aos meus amigos: José Leomax Ferreira dos Santos e Cintia Danielle Lauriano Silva. Juntos enfrentamos tantas dificuldades, mas unimos forças para vencermos e nunca desistimos, pois sempre acreditávamos que dias melhores viriam e iríamos comemorar as conquistas.

Aos Professores e às professoras, que se dedicaram e se dedicam sempre a nos ensinar com amor e acreditar numa educação de qualidade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Franciane Conceição da Silva, que na sua força e capacidade, me guiou a novas descobertas. Levarei para sempre os seus ensinamentos, que me iluminarão como um farol nessa minha nova jornada.

A Camila Siqueira, da coordenação, sempre na sua humildade e prazer em servir, contribuiu muito me auxiliando, tirando as dúvidas e ajudando sempre nos momentos que solicitei. As tantas outras pessoas que seria quase impossível de elencar aqui, mas que estão na memória e no meu coração. A todas elas, o meu eterno agradecimento e reconhecimento do que fizeram por mim. Muito obrigado!

“E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal”.

(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

O presente estudo teve como pretensão principal descortinar a intelectualidade da mulher negra na obra *Diário de Bitita* de autoria da consagrada escritora Carolina Maria de Jesus, uma mulher que com singularidade única, descreve as situações antagônicas enfrentadas em sua infância e que de certo modo impulsionaram sua capacidade de revelar ao público as crueldades impostas às mulheres negras no Brasil, mas que nem sempre têm sido privilegiadas no cânone brasileiro que tardiamente tem reconhecido a intelectualidade da mulher negra. O estudo foi de natureza bibliográfica e descritiva. Analisamos a obra de Jesus (1986) e buscamos apoio em outros estudos que discutem a temática da discriminação, estratificação social, preconceito vivenciado pela população negra como os de Bernd (2000), Bobbio (1998, 2000), Gramsci (2000, 2006), Moore (2012), Nascimento (2016), Saffioti (1987), Santiago (2012), Santiago (2017), Woolf (2018), entre outros. Ao término do estudo, conclui-se que a narrativa memorialista *Diário de Bitita* é uma obra de valor inestimável, escrita por uma mulher que teve pouco acesso à educação formal, mas que por possuir um olhar visionário, crítico-reflexivo, denuncia mazelas que ainda continuam presentes na vida de milhares de mulheres negras, pobres, valorizadas apenas pela exploração da sua força de trabalho para manutenção dos privilégios da classe elitista.

Palavras-Chave: Mulher. Intelectualidade Negra. Discriminação.

ABSTRACT

The main purpose of this study was to uncover the intellectuality of black women in the work *Diário de Bitita* by the renowned writer Carolina Maria de Jesus, a woman who, with unique singularity, describes the antagonistic situations faced in her childhood and which, in a way, boosted her ability to reveal to the public the cruelties imposed on black women in Brazil, but which have not always been privileged in the Brazilian canon that has belatedly recognized the intellectuality of black women. The study was bibliographic and descriptive in nature. We analyzed the work of Jesus (1986) and sought support in other studies that discuss the theme of discrimination, social stratification, prejudice experienced by the black population such as those of Bernd (2000), Bobbio (1998, 2000), Gramsci (2000, 2006), Moore (2012), Nascimento (2016), Saffioti (1987), Santiago (2012), Santiago (2017), Woolf (2018), among others. At the end of the study, we conclude that the memorial narrative *Bitita's Diary* is an invaluable work, written by a woman who had little access to formal education, but that by possessing a visionary, critical-reflexive look, denounces evils that still remain present in the lives of thousands of black, poor women, valued only for the exploitation of their labor force for the maintenance of the privileges of the elitist class.

Keywords: Woman. Black Intellectuality. Discrimination.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 A MULHER NEGRA CONVIVENDO NA SOCIEDADE DE CLASSES: Alguns apontamentos.....	12
2.1 PREVALÊNCIA DAS NARRATIVAS MASCULINAS NO CANÔNE LITERÁRIO	14
3 MULHER E SEU INGRESSO NO UNIVERSO DA LITERATURA.....	18
3.1 ESCRIVIVÊNCIAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS: Superando a invisibilidade da mulher negra a partir da sua capacidade intelectual.....	19
3.2 DESIGUALDADES E MULHER NEGRA: Desafios enfrentados por Bitita na sociedade de classes.	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5 REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O Brasil chega ao século XXI apresentando uma mentalidade política e social bem distinta de outras décadas em torno da população negra, contudo, ainda existam questões que precisam passar por uma ressignificação, especialmente no que diz respeito ao racismo, discriminação, preconceito, justiça e igualdade de direitos para as pessoas negras.

Tratando-se especificamente do espaço acadêmico, diferente de outras épocas, na contemporaneidade, verifica-se que paulatinamente vem ocorrendo uma maior valorização de obras literárias de mulheres negras à medida que a literatura afro-brasileira tem ocupado lugar de destaque, atenção e valorização nos espaços de discussões acadêmicas.

Essa nova conjuntura representa uma grande conquista para a mulher negra e escritora, especialmente quando leva-se em consideração que no Brasil as narrativas dessas escritoras por muitos anos foram ignoradas ou consideradas de qualidade inferior, já que a sociedade brasileira ainda continua atrelada a cultura eurocêntrica, cuja marca principal sempre foi silenciar a voz e até mesmo a escrita de negros/negras que denunciaram e denunciam as desigualdades raciais, sociais, de gênero, entre outras coisas.

Dessa forma, embora vivamos hoje, numa sociedade autodenominada como Democrática e de Direitos, a literatura canônica costumeiramente trabalhada nos espaços escolares, continua sendo fortemente marcada por padrões europeus brancocêntricos, pois na maioria das vezes, personagens negras tendem sempre a ocupar nessas narrativas um lugar de subalternidade.

Como bem relata Santiago (2012, p.11): “Se os arquivos, bibliotecas, jornais e revistas não deram muita importância às produções de mulheres, menos atenção ainda foi dada àquilo que era produzido pelas mulheres negras.”.

Tradicionalmente, no Brasil, delegou-se para a mulher um papel social secundário e no caso de mulheres negras, estas sempre foram vistas na sociedade como meras serviçais, desqualificadas pelo baixo nível de escolarização, enfim, desempenhando sempre papel de subalternidade, de inferioridade.

“Prova disso é que, nas rodas de discussões sobre intelectualidade, pouco aparece à dimensão de gênero e muito menos ainda estudos sobre intelectuais negras” (SANTIAGO, 2017, p.55).

O Brasil reconheceu e valorizou tardiamente os escritores negros e subsequentemente, as escritoras negras, enquanto as mesmas, em especial, Carolina Maria de Jesus após a publicação de sua obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), tornou-se uma referência em países europeus e um sucesso estrondoso de vendas no Brasil, na época da publicação do livro.

Diante do silenciamento a respeito da desvalorização do negro no Brasil, a escolha do tema para discussão justifica-se porque a leitura e análise crítico-reflexiva de obras de escritoras negras, traz ao conhecimento do leitor um *apartheid* brasileiro que continua presente em nosso país e ao mesmo tempo revela a intelectualidade da mulher negra, pobre, discriminada e que precisa ser valorizada para termos de fato uma sociedade mais justa e menos excludente.

Ante a importância que a Literatura Afro-brasileira tem alcançado nos últimos anos, o estudo aqui apresentado tem como pretensão principal analisar a intelectualidade de Carolina Maria de Jesus, a partir da análise da obra *Diário de Bitita* (1986). Para alcançar o objetivo principal elencou-se como objetivos específicos: Refletir sobre a condição da mulher negra no Brasil; Discutir em toda a prevalência de narrativas masculinas no cânone literário; Refletir sobre o ingresso da mulher no universo literário; Analisar a intelectualidade da mulher negra no *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus.

Como bem destaca Gramsci (2006, p.18): “A atividade intelectual é inerente a qualquer exercício humano. [...] Não é uma ação restrita a um segmento intelectual”, prerrogativa que será afirmada ao leitor no processo de análise e discussão da narrativa *Diário de Bitita*, cuja protagonista não chegou se quer a concluir o Ensino Fundamental Anos Iniciais, mas escreveu a seu modo, obras de riquíssimo valor literário e social com destaque internacional.

A metodologia adotada constou da realização de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratória e descritiva.

De acordo com Gil (2008, p. 42) as pesquisas exploratórias:

São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Se planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Ainda nas contribuições de Gil (2008, p. 42) encontra-se que as pesquisas descritivas “têm como objetivo principal a descrição de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

E conforme Tozoni-Reis (2009, p.36), “vamos buscar, nos autores e obras selecionadas, os dados para a produção do conhecimento pretendido.” Assim, realizamos uma análise crítico-reflexiva da obra de Jesus (1986) e buscou-se também apoio nos estudos de Bernd (2000), Bobbio (1998, 2000), Gramsci (2000, 2006), Moore (2012), Saffioti (1987), Santiago (2012), Santiago (2017), Woolf (2018), entre outros.

2 A MULHER NEGRA CONVIVENDO NA SOCIEDADE DE CLASSES: Alguns apontamentos

Tecer reflexões em torno da intelectualidade da mulher negra exige que façamos uma sutil explanação acerca da escravidão, mas especificamente da cultura de desprestígio da mulher originada pelo patriarcalismo, um sistema ideológico que forjou a construção de uma sociedade separatista, seletiva, desigual e preconceituosa, baseada na relação de gênero como categoria social para delimitar o lugar da mulher na sociedade.

Nosso país, centrado na cultura eurocêntrica, delegou para a mulher um papel de inferioridade em todos os espaços sociais, embora a mulher estivesse presente na sociedade, sempre cumpria funções sociais atreladas à maternidade e convivência conjugal sob o rígido domínio do esposo, do companheiro como mera coadjuvante das relações estabelecidas no ambiente doméstico.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987. p.8).

No caso específico das mulheres negras, sua condição de vida desde a época da escravatura sempre se mostrou caótica, por terem sido consideradas um instrumento da força de trabalho, meras serviçais, amas de leite e objeto de satisfação sexual de “seus donos”. Enfim, a mulher negra era propriedade material e imaterial de seu senhor, sua vontade sempre era sujeitada à autoridade do seu proprietário, submetida cotidianamente a inúmeras violações. Mesmo aprisionadas, elas nunca desejaram de ter sonhos e desejos. Esses sonhos, de algum modo, era aválvula para elas renovarem as forças e se manterem vivas.

Essa situação foi forjada pela elaboração de estruturas intelectuais, basicamente ideologias destinadas a regular as relações sociais entre detentores do poder e dominados e sempre teve como objetivo principal inculcar um sentimento permanente de inferioridade na classe subalternizada, fundamentando a relação de superioridade da classe dominante sobre a população escravizada (MOORE, 2012).

A classe detentora do poder conduziu a mulher a sobreviver numa condição de apagamento social, não tendo direito de expressar sua subjetividade, mantida séculos após séculos na condição de inferioridade, desprestígio social, tratada meramente como mãe, domesticada fisicamente e intelectualmente. No caso específico da mulher negra, a opressão que vivia era tripla, uma vez que a mulher negra era oprimida pelo homem branco, pelo homem negro e pela mulher branca (BERND, 2000).

No âmago dessa questão, como bem pontua Saffioti (1987, p.16):

Enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, permanecem as desigualdades de gênero. O poder está concentrado nas mãos masculinas há milênios e os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres.

Da colonização até à modernidade, a sociedade brasileira delimitou espaço de subalternidade para a mulher e de destaque para o homem, em JESUS (1986, p.11) encontra-se traços dessa diferença de gênero quando Bitita ainda criança exprime para a mãe o desejo de se tornar homem: “Quero virar homem. [...] Quero ter a coragem que tem o homem. Ele anda nas matas e não tem medo de cobras. O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que a mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar”.

Grosso modo, Bitita já na infância denunciava nos diálogos com sua genitora a discriminação baseada no gênero, um processo sociocultural, que sempre tem delimitado para a mulher negra, espaços restritos em termos de participação na sociedade. “Isto equivale dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, constitui o princípio estruturador da sociedade brasileira” (SAFFIOTI, 1987, p.15).

Ultrapassando os estigmas perpassados pela supremacia branca, eurocêntrica contra a mulher negra, Carolina Maria de Jesus tornou-se figura conhecida em todo o país, e também fora dele. Em *Diário de Bitita*, a autora traz ao conhecimento do público, uma narrativa que aborda fatos históricos da sua infância, relembra dificuldades enfrentadas pelos negros no pós-abolição, como, por exemplo, a segunda escravidão, o predomínio da segregação racial no Brasil, a cultura do branqueamento, a exploração massiva da mão de obra da mulher negra pela classe

elitista, as ofensivas, violências, e outros ultrajes que milhares de mulheres negras foram submetidas durante décadas em nosso país (FARIAS, 2018).

Importante mencionar que a mulher brasileira, pertencente à classe menos favorecida, quer seja branca ou negra, enfrenta muitas dificuldades para exercer sua cidadania em condição de igualdade com as mulheres da classe elitista. Temos hoje estabelecido em nosso país um sistema de políticas públicas que tentam inverter as disparidades sociais, mas que ainda não produziu mudanças de fato significativas.

Embora homens e mulheres brancos e negros, apresentem componentes existenciais basicamente semelhantes, as funções diferentes, que foram obrigados a desempenhar, conferiram-lhe papéis de importância diferencial no solapamento da ordem social estabelecida. “Os brancos elitistas sempre ocupando posição de destaque na sociedade, os brancos pobres, posições secundárias, a mulher negra sempre estereotipada de forma negativa na sociedade” (BERND, 2000, p.12).

Num país denominado Democrático e de Direitos, no campo da intelectualidade reconhecida, o ingresso dessas mulheres nas universidades tem se dado por meio de políticas públicas reparadoras da desigualdade escolar como o Prouni – Programa Universidade para Todos, e no caso das pessoas negras, através da Lei de Cotas raciais e sociais.

2.1 PREVALÊNCIA DAS NARRATIVAS MASCULINAS NO CANÔNE LITERÁRIO

No cânone literário brasileiro, a tendência sempre foi valorizar as narrativas de autores do sexo masculino, herança do predomínio da cultura eurocêntrica e, por outro lado, quando se encontra em escritos masculinos referências às mulheres negras, estas aparecem como coadjuvantes, ocupando espaço secundário na sociedade, retratadas como domésticas, fogosas, fáceis de serem conquistadas, ou seja, sempre ocupando um lugar de subordinação. “Nos discursos literários figuram personagens negras sempre com perfis depreciativos, erotizados, subalternos e naturalizados” (SANTIAGO, 2012, p.21).

Oportuno destacar que pensamentos estereotipados como os acima descritos, reforçam a tendência que a sociedade tem de impor a mulher negra atividades secundárias, o que representa um menosprezo a sua capacidade intelectual. Esses estereotípicos transformaram-se em pretextos para que as

narrativas de mulheres negras por várias décadas ficassem à margem do mercado editorial, distanciadas do universo acadêmico e do acesso da sociedade.

Complementando, Woolf (2018, p.3) nos conduz a seguinte conclusão:

Até há bem pouco tempo, quase não se conhecia a literatura feita por mulheres no Brasil antes do século XX. Isso porque, calcadas numa sociedade patriarcal, que oprimia e menosprezava a expressão feminina, nossa historiografia e nossa crítica literária também se constituíram de forma desigual e machista, tendo ignorado e apagado muitas de nossas escritoras e suas obras.

Como mostra a citação acima, o predomínio das narrativas masculinas no Brasil ofuscaram por várias décadas a produção intelectual e literária de mulheres negras, na modernidade, o reconhecimento da sua intelectualidade tem provocado questionamentos e rasuras no cânone literário brasileiro, uma vez que suas obras revelam fatos incômodos das relações de poder, da desigualdade de gênero, da estratificação etnicorracial, desigualdades sociais, enfim, relações que foram fundamentadas no Brasil escravocrata e permanecem latentes num país autodenominado como Estado Democrático e de Direitos, mas que continuam perpetuando a cultura herdada do patriarcado capitalista, misógino e racista.

O *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus, é uma narrativa autobiográfica que denuncia o mito da democracia racial, o preconceito que continua perpassando o cotidiano das relações sociais, a estratificação sociorracial e ao mesmo tempo, revela a intelectualidade da mulher negra, uma vez que sua protagonista apesar de não ter acesso à educação formal, denuncia de maneira contundente, crítica e perspicaz questões que marcam as relações sociais e raciais estabelecidas no Brasil, especialmente, o desprestígio que tem sido continuamente imposto à população negra desde a época colonial e que ainda não foi de fato abolido por termos uma sociedade marcada pela seletividade e discriminação para com os menos favorecidos economicamente, oculta pelo pressuposto da democracia racial.

Dessa forma, contrariando à tradição histórica de retratar no cânone literário a mulher negra como mera servil, objeto de prazer dos homens, Jesus (1986) relata as contradições, os emblemas e desafios enfrentados pela mulher negra na sociedade construída sob a égide da classe dominante e que ainda está presente no Brasil, perpetuando as desigualdades sociais e de gênero.

Partindo dessa premissa, Bernd (2000, p.32) tece a seguinte argumentação:

Assumir a condição negra e enunciar o discurso em primeira pessoa parece ser o aporte maior trazido por essa literatura, constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos. A presença de uma articulação entre textos, determinada por um certo modo negro de ver e de sentir o mundo, e a utilização de uma linguagem marcada, tanto no nível do vocabulário quanto no dos símbolos, pelo empenho em resgatar uma memória negra esquecida legitimam uma escritura negra vocacionada a proceder a desconstrução do mundo nomeado pelo branco.

Faz-se importante observar que embora a intelectualidade negra ainda não tenha o reconhecimento merecido, suas narrativas exercem papel relevante no desvelamento das desigualdades sofridas pela mulher negra. Essas escritas devem ser consideradas importantes contribuições no combate das práticas de racismo, de exclusão, de menosprezo e desvalorização da população negra.

O *Diário de Bitita* revela o cotidiano da mulher negra, relações socioculturais, relações de gênero, relações étnicorraciais, a luta pela sobrevivência na sociedade capitalista, fundamentada no patriarcalismo, as situações de estratificação social enfrentada pela mulher negra, mãe solteira, situações tão comuns no Brasil. Mas que raramente são questionadas na sociedade civil organizada ou se tornam objeto de políticas públicas.

Para que essa intelectualidade seja reconhecida, valorizada como bem afirma Woolf (2018, p.5): “As narrativas dessas mulheres precisam ser lidas, discutidas, valorizadas nas escolas, universidades para formar uma mentalidade crítica em torno das desigualdades sociais.”.

Nessa mesma via de reflexão, Santiago (2017, p.64) nos remete a seguinte conclusão:

Embora sem visibilidade merecida, intelectuais negras exercem um papel fundamental na (des) construção das identidades das populações negras e atuam, com excelência, no árduo trabalho de produção do conhecimento. Seus pensamentos, em meio a tantos outros, são pertinentes colaborações para o fim de sua exclusão e da impossibilidade de acesso dos bens comuns.

Em todas as sociedades, das antigas às modernas, a intelectualidade foi uma categoria restrita ao homem, pensada e formulada num ambiente antidemocrático e tem seguido processos históricos tradicionais e que permanecem latentes por serem aceitos e reafirmados na sociedade como legítimos (GRAMSCI, 2000).

Gramsci (2000) afirma ainda que existem distinções de intelectualidade. No campo intelectual propriamente dito, grandes pensadores, cientistas, advogados, professores, possuem um padrão de vida diferenciado, superior e por seu *status quo* tornam-se modelos sociais que servem de inspiração para a classe menos privilegiadas.

Na visão do autor, as pessoas menos privilegiadas matriculam os filhos na escolarização com a intenção de que um dia, pelo menos um dos filhos consiga alcançar a posição de intelectual (GRAMSCI, 2000). Importante ainda mencionar que tal pressuposto é direcionado ao masculino, o que no geral, representa mais uma forma de discriminação em torno da intelectualidade da mulher.

Em nosso país, a desvalorização, ofuscação, que por décadas marcou as narrativas de mulheres negras deve ser considerada uma expressão do racismo estrutural, uma vez que a hegemonia branca atuava e em muitos casos ainda atua perpetuando na sociedade uma invisibilidade em torno da intelectualidade da mulher negra (SANTIAGO, 2012).

Em JESUS (1986) encontra-se a descrição da luta realizada pela mulher negra contra a discriminação, opressão, inferiorização à medida que Bitita expressa as agruras sofridas pela mulher negra no século XIX e que ainda se fazem presentes em pleno século XXI, visto que a mulher negra ainda não tem de fato sua cidadania valorizada, legalmente respeitada como está determinado em nossa Carta Federativa de 1988, cujo Art. 5º proclama: “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza.”. (BRASIL, 2015, p.11).

3 MULHER E SEU INGRESSO NO UNIVERSO DA LITERATURA

Como tem sido discutido, no mundo todo, o cânone literário privilegiou a produção de homens brancos, elitistas, e tardiamente começou a absorver escritas de homens negros e mulheres brancas. Nos dias atuais, as mulheres negras ainda são pouco referenciadas, porém, gradativamente as narrativas femininas negras estão ganhando espaço no campo literário brasileiro (SANTIAGO, 2017).

Segundo relata Ana Rita Santiago (2012), em nosso país apenas em meados do século XX, mais precisamente no final da década de 1960 e início da década de 1970, a escrita de mulheres negras começou a ter lugar no cânone literário brasileiro, antes desse período, a mulher negra quando citada aparecia na literatura, sempre inferiorizada, retratada como corpo/objeto, condicionada ao passado de escravidão, retratada na condição de escrava, empregada, mulher fácil, enfim, sempre subordinada à cultura eurocêntrica.

Se para a mulher branca o ingresso no universo literário foi difícil, para a mulher negra foi e continua sendo ainda mais emblemático, pois romper preconceitos enraizados no cânone literário exige ousadia, força de vontade e acima de tudo uma capacidade intelectual extraordinária, já que no Brasil as diferenças de posição econômica correspondem às diferenças de posição racial, e deve-se ainda levar em consideração que personagens negras sempre apareciam nas obras literárias condicionadas à posição de inferioridade tanto nos aspectos biológicos quanto em termos culturais.

Contrariando tal pressuposto, na modernidade, as escritas de mulheres negras estão sendo lidas, discutidas e destacam-se por trazer à tona situações reais vividas de estratificação social, preconceitos sofridos, anseios, desejos e esperanças de um dia ter, de fato, um lugar na sociedade que por várias décadas lhe foi negado, acessar e usufruir dos direitos que são garantidos às mulheres brancas (WOOF, 2018).

Ter voz. Visibilidade. Representatividade. Expressar-se para manifestar suas angústias, críticas, histórias, alegrias, conquistas. Ter a capacidade de ampliar sua fala, de colocar a palavra em movimento e fazer com que ela possa alcançar corações e mentes e, transformá-las. Isso (entre muitas outras coisas) foi, por muito tempo, negado de forma veemente às mulheres negras brasileiras, reflexo do passado escravocrata e colonial que, em pleno século XXI, insiste em vigorar no país. (SANTANA, 2019, p.13).

As escrituras de mulheres negras, em especial, a de Carolina Maria de Jesus destacam-se por explorar a fundo questões que nem sempre têm sido debatidas na sociedade ao ponto de proporcionar um verdadeiro reconhecimento das dificuldades enfrentadas diariamente pela mulher negra, pobre, mães solas, exploradas fisicamente e sexualmente, por isso, “Carolina Maria de Jesus, não nos deixou apenas importantes obras literárias, romances, dramas inéditos, mas lições de vida, exemplo de perseverança, determinação” (FARIAS, 2018, p.9).

3.1 ESCRIVÊNCIAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS: Superando a invisibilidade da mulher negra a partir da intelectualidade

Aqui, adentra-se a questão chave desse estudo que é levar ao conhecimento do leitor a intelectualidade da mulher negra contida na narrativa *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus. Iniciamos essa discussão, fazendo uma breve apresentação de nossa protagonista. Segundo pontua Farias (2019), Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 (quatorze) de março de 1914, em Sacramento, uma comunidade rural do estado de Minas Gerais. Filha de João Cândido e de Carolina Maria de Jesus, conhecida como “Cota”. Mesmo tendo nascido após o processo de abolição da escravidão, Bitita como era chamada pelos familiares e quem a conhecia, viveu uma infância, adolescência e juventude marcada por grandes contradições decorrentes do patriarcalismo e da divisão social de classes que legitimam a violência do racismo. Desde a mais tenra infância encontra-se na narrativa *Diário de Bitita*, uma menina questionadora do mundo e de tudo o que acontecia a sua volta e que conforme foi se desenvolvendo, começou a se apropriar de uma intelectualidade nata, visto que não chegou sequer a completar as séries do antigo ginásio, uma intelectualidade que foi e, em alguns casos, continua sendo no Brasil privilégio de brancos.

Diário de Bitita, obra objeto desse estudo, é uma narrativa memorialista, que aborda temas do cotidiano e ao mesmo tempo, apresenta um recorte histórico em torno da opressão, injustiça social, abuso de poder, racismo, segregação urbana, entre outras coisas que sempre estão presentes na realidade brasileira de negros e negras, e outras categorias minoritárias que compõem o Brasil.

As condições de existências dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico e social ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões e conjuntos habitacionais. (GONZALEZ; HOSENBALG, 1982, p.15).

É exatamente sob essas condições desiguais de existência que nossa protagonista conviveu até ter reconhecida a sua intelectualidade. Em *Diário de Bitita*, as condições de sobrevivência e subsistência da população negra, mesmo após a abolição da escravidão em nosso país, continuou por várias décadas, atreladas a “benemerência” dos dominadores e filantropia da Igreja Católica.

Os pobres moravam num terreno da Câmara. Não tinham água, mesmo furando poço eles tinham que andar, carregar água. A nossa casinha era recoberta de sapé. As paredes eram de adobe coberta com capim. Todos os anos tinha que trocar o capim, porque apodrecia e tinha que trocá-lo, antes da chuva. (JESUS, 1986, p.7).

Bitita como muitas crianças do nosso país não conheceu o pai. Num episódio relatado na narrativa, à menina ao aproximar-se da mãe para ouvir suas conversas, foi repreendida: “Eu não gosto de você.”. Demonstrando uma criatividade e atitude questionadora e até certo ponto inédita para uma criança, Bitita retruca: “Se estou no mundo é por intermédio da senhora. Se não tivesse dado confiança ao meu pai eu não estaria aqui” (JESUS, 1986, p.8).

Prosseguindo, com uma maestria única, Jesus (1983) tece importantes reflexões acerca da cultura do branqueamento, pressuposto que fundamentou a ideologia de que a cor negra era inferior como pode ver-se a seguir:

A minha tia Ana Marcelina, era mulata clara. Não gostava de negro. Quando olhava os pretos, era com os olhos semicerrados e desviava o olhar. Minha tia vestia roupas finas iguais às dos brancos. Esforçava-se para viver igual aos ricos. Quando nós, os sobrinhos pretos, íamos visita-la, não tínhamos o direito de entrar. Casa de mulato, o negro não entra (JESUS, 1986, p.67).

Para uma mulher negra distinguir ainda na fase da infância e adolescência essa discriminação racial, que fez com que o negro estivesse sempre condenado a viver numa sociedade que não o considerava como ser humano igual, ver-se que Bitita sobressaía-se por apresentar questionamentos de cunho intelectual acerca

das desigualdades sociais e culturais que o negro vinha enfrentando desde a época da colonização.

Interiormente, Bitita tecia a seguinte reflexão:

Por que será que os mulatos e os brancos negavam os negros? O branco é ainda aceitável! Mas, o mulato? Está no meio-termo. É filho de negro e filho de branco. As raças que se unem para produzir o mulato. Contra o branco o mulato não pode investir. Porque o branco já é branco. Então ele se volta contra o negro. Mas o branco não aceita o mulato como branco. Houve até um projeto dizendo que se mulato tivesse o cabelo liso era considerado branco, se o cabelo fosse crespo então o mulato era considerado negro. (JESUS, 1986, p.71-72).

Como bem pontua Nascimento (2016, p.61): “O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão, mas ainda nos dias de hoje”.

Podemos dizer que a miscigenação se tornou então um divisor de águas na sociedade brasileira. Muitas mães negras tentando em vão fugir do preconceito racial em que viviam, obrigavam as filhas a se casarem com homens brancos. Jesus(1986) relata que sua tia Marcelina obrigou a filha Mariinha a casar-se com João Miguel, um sujeito branco, alcoólatra, que só proporcionou sofrimento a mulher, e este, era sustentado financeiramente por um negro, tal atitude reafirma que no Brasil:

A raça como atributo social e historicamente elaborado, funcionava como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. O mulato desenvolvia sentimento de superioridade e de status social diferente do negro, seu ancestral natural e para incluir-se na sociedade dominadora, negava sua ancestralidade e inconscientemente, contribuía com a afirmação da estratificação social. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982,p.91).

Refletindo sobre as maneiras como mulatos e negros interagiam no âmbito social e familiar, em especial a relação estabelecida entre sua tia Marcelina e a filha Mariinha, Bitita tece uma sutil e interessante crítica: “Pobre Mariinha, tinha desgosto de ter a pele branca. Não desprezava os pretos. Se minha tia fosse inteligente, compreenderia que o valor não está na cor, está nas ações” (JESUS, 1986, p.75).

Gonzalez e Hanselbag (1982, p.54) pontuam: “A ideologia do branqueamento, da democracia racial no Brasil fez com que negros e mulatos internalizassem valores negativos sobre seus semelhantes e exaltassem as virtudes dos brancos”. Todavia,

para os brancos dominantes, negros e mulatos nada mais eram do que meros serviçais e quando o negro, o mulato, negava sua identidade, inconscientemente reforçavam mecanismos que acabavam legitimando a inferioridade que lhes era imposta de maneira aberta ou velada pela cultura eurocêntrica, repassada pela classe dominante (MOORE, 2007).

Em síntese, com uma intelectualidade que de se destacava, Carolina Maria de Jesus (1986) mostra ao leitor que a ideologia do branqueamento consolidada no Brasil da fase da colônia aos dias atuais, serviu e ainda continua servindo de instrumento ideológico criado para negar aos negros o reconhecimento da sua cidadania, pois estes indivíduos permanecem sendo vítimas de preconceito, discriminação social, entre outras coisas.

Outra questão histórica, emblemática e atual discutida na narrativa *Diário de Bitita*, e pouco debatida e combatida na contemporaneidade, é a questão da criminalização do negro no Brasil. A princípio, Jesus (1986, p.76) relata que o negro quando encontrava soldados pelas ruas da cidade, escondia-se. Se estivessem próximo a uma igreja, nesta se refugiava. “Ajoelhava-se aos pés do altar. Na igreja ele estava protegido”.

Prosseguindo na discussão, relata um episódio em que sua mãe foi presa injustamente e descreve a prisão injusta que a mesma sofreu, quando lavava as roupas da casa do farmacêutico da cidade, o senhor Manoel Magalhães, que na época estava contente pela chegada de um sobrinho padre.

Enquanto lavava a roupa, a jovem notou um alvoroço no interior da casa e ouvia repetidamente: sumiu, sumiu. No momento em que colocava as roupas no varal, Bitita foi surpreendida pela chegada de dois soldados que de imediato lhes deferiram a seguinte agressão verbal: “Vamos, vamos, vagabunda, ladra, nojenta, leprosa. Inocentemente, a jovem retrucou: O que houve? Ainda pergunta cara-de- pau! Você roubou cem mil-réis do padre Geraldo” (JESUS, 1986, p.143).

A jovem foi conduzida a cadeia pública e a notícia de imediato começou a circular na cidade. Na cadeia, a jovem temia seu destino e no momento em que os soldados se preparavam para agredi-la, o telefone tocou. “O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão. A família não consentiu dizendo que o negro tem mentalidade de animal” (JESUS, 1986, p.144).

Infere-se da citação acima, a compreensão de que a classe dominante pelo poder que exercia sobre os negros, associava-os à condição de animal irracional, úteis apenas para a exploração massiva da força de trabalho, internalizando assim práticas discriminatórias que produziam a autoimagem desfavorável do negro na sociedade como um todo (MOORE, 2007). Ou seja, o negro pela cor da pele, condição social desfavorável, aos olhos da classe elitista, não merecia sequer receber um pedido de perdão, mesmo diante da violência simbólica e verbal como a sofrida por Bitita. Assim, “o ideário da democracia racial apregoada pelos intelectuais da época, nada mais era que uma falácia usada como instrumento ideológico-cultural para encobrir as práticas racistas no Brasil” (MOORE, 2007, p.279).

Nessa mesma via de raciocínio, Gonzalez e Hasenbalg (1982, p.106) acrescentam a discussão:

No Brasil, a identidade do negro, seu lugar na sociedade foi delimitado pelo branco. Embora, na década de trinta, Gilberto Freire, em seu discurso de democracia racial apregoasse o negro como cidadão brasileiro como qualquer outro e como tal, não estava sujeito ao preconceito e discriminação, o que imperava socialmente era uma imagem negativa sobre o negro, acompanhada de um repertório de ditados populares depreciativos e estereotipados dos papéis e lugares do negro.

Embora tenhamos hoje uma Constituição Federal (1988), que legitima os brasileiros como cidadão de direitos, no contexto da criminalização da população negra, em 2012, o *Mapa do Encarceramento de Jovens* trouxe à público a informação de que 78% dos indivíduos encarcerados no Brasil eram negros.

Para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados, ou seja, proporcionalmente o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior do que o de brancos em 2012 (BRASIL, 2015, p.34).

Assim, Bitita revela que a discriminação racial, a criminalização do negro, negação da sua cidadania, dos seus direitos, têm suas raízes na escravidão e permanece atual. Penaliza-se o negro, o pobre analfabeto; por outro lado, os vilões de colarinho branco, a elite política continua usurpando os recursos que deveriam ser usados em benefício da melhoria da qualidade de vida da população brasileira, sobretudo, negros/as e indígenas.

3.2 DESIGUALDADES E MULHER NEGRA: Desafios enfrentados por Bitita na sociedade de classes

Renomados pensadores/as negros/as como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Nilma Lino Gomes, entre outros/as, produziram escritos que retratam que ser negro no Brasil, de algum modo, está condicionado a travar uma luta árdua e constante para sobreviver numa sociedade alicerçada na cultural patriarcal e elitista, em que o negro, nada mais era do que a força que produziria o enriquecimento da burguesia (NASCIMENTO, 2016).

Merece ser realçado que o *Diário de Bitita* diferencia-se de outras literaturas por revelar ao leitor, que tanto na zona urbana quanto na rural, a mulher negra viu-se forçada a conviver com situações estigmatizantes da sua cidadania. Vítimas da fome, do desemprego, do preconceito social e racial, consideradas objetos de satisfação sexual, obrigadas a trabalhar exaustivamente na casa das senhoras elitistas, nas lavouras e sempre recebendo remuneração inferior da destinada ao homem, enfim, numa situação contínua de subordinação, dependentes da benemerência dos dominadores e as mais pauperizadas, da filantropia da igreja (MOORE, 2007).

Partindo-se dessa premissa, Nascimento (2016, p.97) pontua que:

[...] desde a abolição do escravismo, a população negra brasileira continuou concentrada nos degraus inferiores da hierarquia social. Em contraste com a população branca, parte majoritária da população negra localiza-se nas regiões menos desenvolvidas do país. A maior parte não tem escolarização requerida pelo mercado de trabalho, por isso, permanecem ocupando sempre os postos menos remunerados, pois temos no Brasil, uma estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente.

Outra louvável reflexão desenvolvida por Jesus (1986) é no campo da escolarização básica no Brasil, revelando antagonismos que foram gestados nos primórdios da formação do Brasil, mas que permanecem atuais, haja vista que o maior índice de analfabetismo permanece concentrado na população negra e nos indivíduos brancos empobrecidos, que de certa forma também sofrem discriminação, uma vez que a renda no Brasil de suas origens aos dias atuais permanece como um divisor na sociedade de classes.

O ingresso de Bitita na escolarização só foi possível pela intervenção de uma cliente de sua mãe. A senhora Maria Leite (Marinha), que orientou a mãe de Bitita a matriculá-la na escola. “Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos têm sabedoria. Por isso ela devia enviar-me à escola para não desgostar a dona Maria Leite” (JESUS, 1986, p.122).

Dona Maria Leite era de ascendência francesa, benemerente para com os negros. Doava roupas e livros para as crianças negras e dizia: “Eu sou francesa, [...] sou muito rica, auxílio vocês porque tenho dó. Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam: se vão ser tipos sociáveis e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatar a retidão” (JESUS, 1986, p.123).

Como bem pontua Nascimento (2016, p.45): “Tradicionalmente, se espera que os negros sejam gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas e que continuem dependendo dos brancos que agem como patronos e benfeitores”.

O ingresso de Bitita na escola de brancos revela a crueldade que muitas outras crianças negras enfrentam para conseguir inserir-se no mundo letrado, já no primeiro dia foi vítima da discriminação racial: “Que negrinha feia! Que olhos grandes, parece sapo” (JESUS, 1986, p.122).

Apesar de ter desenvolvido simpatia pela professora, a dona Lonita Solvina, que lhe dirigia sempre um olhar carinhoso, a discriminação sofrida fez com que Bitita expressasse para a mãe, o desejo de que não querer aprender a ler e como consequência, sua mãe dava-lhe chicotadas. “Eu ia contra a minha vontade. Eu era preguiçosa. Se faltava, a professora mandava um aluno ir procurar-me em casa” (JESUS, 1986, p.125).

Após três meses, Bitita descobriu que sabia ler. “Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se” (JESUS, 1986, p.126).

Desse momento em diante, a leitura proporcionou em Bitita a compreensão de que a escolarização é fundamental para elevar o status social dos indivíduos. O desejo de ler, de compreender o mundo apossou-se de Bitita, por não ter livros em casa, uma vizinha emprestou-lhe o romance *A Escrava Isaura*. “Analisei o livro. Compreendi que naquela época os escravizadores eram ignorantes, porque quem é culto não escraviza, e os que são cultos não aceitam o jugo da escravidão” (JESUS, 1986, p.126).

Contudo, o sucesso escolar de Bitita foi impedido pelas necessidades de sobrevivência. Sua mãe mudou-se com a família para a zona rural que na época era considerado o local ideal para o pobre viver, uma vez que na cidade, tudo era mais difícil. “Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber meu diploma” (JESUS, 1986, p.128).

Entretanto, apesar de ter não conseguido obter seu diploma por ter concluído apenas a antiga 2ª série, o gosto, o prazer pela leitura, impulsionaram em Bitita o desenvolvimento de uma intelectualidade única, embora tenha sido descoberta quando Carolina Maria de Jesus já era uma mulher adulta. Essa intelectualidade foi reconhecida internacionalmente, tornando Carolina uma autora respeitada e reconhecida, com obras traduzidas para diferentes idiomas (FARIAS, 2018).

Em *Diário de Bitita*, o leitor compreende que a intelectualidade de Carolina Maria de Jesus, mesmo em meios às inúmeras contradições enfrentadas pela personagem, foi a chama que manteve acesa a esperança de um dia conseguir ter maiores chances de viver uma vida mais digna e de poder oferecer aos seus filhos tudo o que lhe foi negado da infância à fase adulta.

Realizando uma leitura crítico-reflexiva, o leitor verá que a narrativa *Diário de Bitita*, revela as situações de segregação racial enfrentada pela população negra num país que perpassava para as instâncias internacionais, mais desenvolvidas, a falsa impressão que no Brasil existe uma democracia racial, que coloca negros e brancos em condições de igualdade, quando na verdade o que continua existindo, “É uma estrutura social, política e econômica que explora a força de trabalho da população negra, para gerar benefícios e privilégios de manutenção da classe elitista” (NASCIMENTO, 2016, p.67).

E arremata ainda o autor: “Quer fosse negro, quer fosse mulato, a população africana foi vítima de um sistema patriarcal opressor e desumano, que os condicionou à situação de subalternidade física e psicológica” (NASCIMENTO, 2016, p.137).

“Na cidade era horrível à convivência com aquelas pessoas que não se respeitavam. Na roça não havia distrações, mas havia outros sofrimentos, desrespeito, fome”. (JESUS, 1986, p.135).

Noutro sentido, a mulher negra e pobre no Brasil sempre esteve em condições sub-humanas, entregue a própria sorte, libertas da escravidão pela Lei

Áurea, mas submetidos continuamente ao jugo do patriarcalismo que escraviza de outras formas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao término do estudo, compreende-se que a intelectualidade da mulher negra na contemporaneidade vem sendo reconhecida pelo universo acadêmico, como uma escrita que revela o estado de estratificação social, que a população negra vem enfrentando desde o período escravocrata e que não foi de fato eliminado, pois mesmo que o Brasil na contemporaneidade afirme-se como Estado Democrático e de Direitos, a população negra continua à margem de usufruados benefícios sociais gerado pela exploração massiva da sua força de trabalho.

Bitita mostra-nos que a cultura eurocêntrica promoveu em nosso país o aniquilamento da identidade da mulher negra, ora vista como força de trabalho, especialmente o doméstico e o da zona rural, ora condicionada a função de prostituta, mulher fácil, enfim, colocando sempre em posição de subordinação.

Outro ponto interessante discutido na narrativa é a negação da intelectualidade da mulher negra, ler era privilégio destinado à elite, por isso, Bitita era menosprezada pelos seus semelhantes.

Um olhar mais apurado sobre a narrativa promove a conscientização de que no Brasil não houve de fato abolição da escravatura, uma vez que tanto no séculoXX quanto no século XXI, à população negra permanece tendo sua sobrevivência atrelada aos interesses da classe dominante tal como acontecia no passado.

Caso atuem no mercado de trabalho, ocupam sempre as funções menos qualificadas e menos remuneradas, se atuam como domésticas, diaristas, continuam desempenhando o trabalho escravo nas casas da elite burguesa, a diferença é que na modernidade, a função de empregada doméstica foi reconhecida pela lei do trabalho, assim, quando demitidas, a mulher negra deve ter seus direitos trabalhistas garantidos pelo empregador, fato que não existia na década da escrita de Diário de Bitita, uma vez que o mais comum era a negra ser dispensada sem receber sequer um agradecimento pelos serviços prestados.

Tomando como base a intelectualidade de Bitita, entendemos que a mulher negra travava interiormente uma luta psicológica contra o sistema opressivo imposto pela elite burguesa. Bitita como muitas outras mulheres negras enfrentou com

espírito de ousadia e perseverança as artimanhas exploratórias engendradas pelo predomínio da cultura eurocêntrica no Brasil, que promoveu, e ainda promove, a invisibilidade da população negra, num país que só garante integridade, cidadania, respeito, segurança e valorização para os que possuíam e possuem o maior poder aquisitivo.

5 REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. 2ed. São Paulo: UNESP, 1998.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. 10ed. Rio de Janeiro: Brasilense, 2000.

BRASIL, **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015.

Disponível em <www.presidencia.gov.br>. Acesso em 12 abr. 2020.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. 43ed. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 10 abr. 2020.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 9ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. (Tradução Carlos, Nelson Coutinho). 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2ed. São Paulo: Perspectiva S. A, 2016.

SAFFIOTI, Helleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTIAGO, Ana Rita. **Vozes literárias de escritoras negras**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

_____.; et al. **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2017.

TOZONNI-REIS, Marília Freitas de Campo. **Metodologia da Pesquisa**. 2ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

WOOF, Virgínia. Por muito tempo na história, “anônimo” era uma mulher. In: **Mensagem: primeiras escritoras do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em <www.camadeputados.gov.br>. Acesso em 15 abr. 2020.